

MOR PLATAFORMA INTEGRADA NO
MERCADO ORGANIZADO DE RESÍDUOS

Autorização de acesso ao Mercado Organizado de Resíduos

Nos termos dos artigos 3.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro, que estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos, e nos termos do regime geral de gestão de resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na sua redacção actual, considerando o pedido do agrupamento pelas entidades SPV, ACAP e Ambigroup, efectuado em 08/02/2010, para se constituir como entidade gestora de uma plataforma de negociação no mercado organizado de resíduos e constatando-se que o pedido de autorização cumpre as obrigações constantes dos diplomas referenciados e que contribui para os objectivos estabelecidos nos planos de gestão de resíduos, é concedida a

MOR ON-LINE

GESTÃO DE PLATAFORMAS DE NEGOCIAÇÃO DE RESÍDUOS ON-LINE, S.A

NIPC: 509448267

a autorização de acesso ao mercado organizado de resíduos para gestão de uma plataforma de negociação, qual se rege pelas condições nela constantes.

A presente autorização produz efeitos a partir da data da sua assinatura e é válida até 31 de Dezembro de 2020.

Amadora, 21 de Julho de 2010

O Director-Geral

Mário Grácio



Luísa Pinheiro
Subdirectora-Geral,
substituta legal

Índice

CONDIÇÕES GERAIS.....	3
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS	4
I) ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES	4
II) PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO	6
III) MECANISMOS DE INCENTIVO.....	9
IV) INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	10
Anexo Regulamento de Funcionamento	17

CONDIÇÕES GERAIS

- I. O mercado organizado de resíduos (doravante designado por MOR) constitui um instrumento económico de índole voluntária, assente nas regras de mercado e de livre concorrência, que visa facilitar e promover as trocas comerciais de diversos tipos de resíduos, assim como potenciar a sua valorização e reintrodução no circuito económico, diminuindo a procura de matérias-primas primárias e promovendo simbioses industriais.
- II. A presente autorização permite o acesso ao MOR, podendo na respectiva plataforma de negociação, ser transaccionados, unicamente para a operação de valorização, resíduos de todas as categorias, com excepção dos resíduos definidos como perigosos pelo regime geral de gestão de resíduos.
- III. Nesta plataforma de negociação podem aceder os produtores/detentores de resíduos e entidades que efectuem valorização de resíduos, lançando as suas ordens de compra ou venda de resíduos, para a reintrodução desses bens no circuito económico.
- IV. A plataforma de negociação funciona nos termos constantes do respectivo Regulamento de Funcionamento, que faz parte integrante da presente autorização.
- V. A transacção no mercado de resíduos abrangidos por sistemas de gestão de fluxos específicos de resíduos previstos na legislação nacional e comunitária, não pode prejudicar a actividade das entidades licenciadas para a gestão dos mesmos.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

1) ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES

11) Responsabilidades da entidade gestora

1. A entidade gestora deve disponibilizar a Plataforma, em pleno funcionamento, até 90 dias a contar da data de emissão da presente autorização.
2. A entidade gestora é responsável pelas operações realizadas na Plataforma, garantindo a todos os potenciais utilizadores que as mesmas são de acesso universal e igualitário.
3. A designação de «Plataforma integrada no mercado organizado de resíduos» deve ser utilizada pela entidade gestora nos suportes de comunicação referentes à sua plataforma.
4. A entidade gestora fica autorizada a utilizar o logótipo aprovado pela Portaria n.º 228/2010, de 22 de Abril.
5. A utilização referida no número anterior, é restrita à respectiva plataforma, pelo que a sua disponibilização a terceiros, carece de prévia autorização da APA.
6. A entidade gestora é responsável por validar as transacções efectuadas na sua plataforma de negociação, zelar pelo cumprimento do respectivo regulamento de gestão, garantir o sigilo de informação, assegurar mecanismos de responsabilização dos intervenientes no mercado e promover a sua divulgação e credibilização.
7. Cabe ainda à entidade gestora assegurar a utilização correcta da informação disponibilizada, sendo responsável pelo uso indevido por parte dos seus aderentes.
8. A entidade gestora pode disponibilizar serviços acessórios e complementares, cuja gestão não faz parte da presente autorização.

12) Sustentabilidade económico-financeira

1. O modelo de financiamento da plataforma de negociação apresentado em sede de Caderno de Encargos, assenta na cobrança de:
 - a) Quotas de adesão anuais;
 - b) Taxas de transacção e
 - c) Comissões por contrato de transacção.
2. Pode ainda constituir receita da Entidade gestora a cobrança de serviços adicionais.
3. Nos termos do referido anteriormente, a entidade gestora tem de assegurar a auto-sustentabilidade económico-financeira da plataforma de negociação.
4. Os valores de quotas de adesão e de comissões de transacção constam do Regulamento de Funcionamento.

13) Plano de promoção e divulgação

1. O plano de promoção e divulgação da plataforma apresentado no âmbito do Caderno de Encargos e válido para o período de 2010/2012, contempla, a promoção de acções que contribuam para a concretização dos objectivos estabelecidos nos planos de gestão de resíduos, previstos no regime geral de gestão de resíduos.
2. No âmbito do plano referido no número anterior, a entidade gestora deve realizar campanhas de sensibilização dirigidas aos potenciais interessados, privilegiando a participação de todos os intervenientes.
3. As subseqüentes actualizações, ao plano de promoção e divulgação, devem ser comunicadas à APA até 30 de Outubro do ano de término de vigência, que se pronuncia, caso existam alterações substanciais.
4. A entidade gestora pode, na vertente de promoção da plataforma, investir na investigação e desenvolvimento de novos métodos e tecnologias para a valorização

e utilização dos resíduos por si transaccionados, devendo para o efeito canalizar uma parte dos seus resultados da sua actividade.

5. No âmbito das actividades de investigação e desenvolvimento, a entidade gestora pode promover a participação de todos os intervenientes no circuito de gestão dos resíduos por si transaccionados e, prestar apoio técnico e ou financeiro a projectos de investigação e desenvolvimento destinados a melhorar quaisquer processos relevantes para o funcionamento do circuito de transacção dos resíduos.

II) PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO

II1) Disposições de carácter geral

1. A plataforma de negociação é uma plataforma electrónica que suporta a negociação de resíduos, mediante o processamento de consultas ao mercado, de manifestações de interesse e das respectivas transacções.
2. Esta plataforma baseia-se num conjunto de meios, serviços e aplicações informáticas necessárias ao funcionamento dos procedimentos de negociação, assegurando o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro.
3. A presente plataforma electrónica deve disponibilizar os serviços de base necessários à implementação das formalidades electrónicas relativas aos procedimentos de negociação de resíduos conforme disposições do diploma supracitado, no que se refere a operações de recolha, transmissão, tratamento, gestão e armazenamento de informação em boas condições de segurança, registo, de fiabilidade e de sustentabilidade.
4. A entidade gestora deve garantir que a plataforma de negociação funciona nos termos previstos no respectivo Regulamento de Funcionamento;
5. A entidade gestora deve assegurar a transparência, a universalidade, a actualidade e o rigor da informação que circula na plataforma de negociação.
6. A configuração da plataforma de negociação deve garantir a interacção com o SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente),

designadamente no que diz respeito à importação e à exportação de dados, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º, do diploma supra referido.

7. As alterações ao regulamento de funcionamento da Plataforma carecem de comunicação prévia à APA, que se pronuncia, caso sejam consideradas alterações substanciais.

II2) Serviços mínimos a garantir na Plataforma

1. A entidade gestora tem por obrigação assegurar o funcionamento e a manutenção da sua plataforma de negociação, nomeadamente:
 - a) Intervir no esclarecimento de eventuais dúvidas na utilização da Plataforma electrónica por parte dos aderentes;
 - b) Prestar auxílio quando necessário ou quando tal lhe seja solicitado;
 - c) Resolver problemas específicos na Plataforma que venham a colocar-se no âmbito do processamento de consultas ao mercado, de manifestações de interesse e das transacções;
 - d) Assegurar mecanismos de responsabilização dos intervenientes no mercado;
 - e) Assegurar mecanismos de cópia e salvaguarda da informação associada ao processamento de consultas ao mercado, de manifestações de interesse e das transacções;
 - f) Manter os serviços da Plataforma sincronizados com o serviço de tempo de rede definido a partir do tempo universal coordenado.

II3) Arquivo e preservação digital

1. A entidade gestora deve assegurar que a Plataforma cumpre as normas, standards e procedimentos de arquivo para garantir a preservação digital e a interoperabilidade.

2. A entidade gestora deve implementar mecanismos tecnológicos para que a Plataforma possa preservar, armazenar, indexar e recuperar arquivos.
3. A entidade gestora deve ainda garantir que a Plataforma garanta que a informação respeitante a cada procedimento possa ser exportada em formatos normalizados para efeitos de preservação.

II4) Segurança da Plataforma

1. A Plataforma de negociação é certificada por um sistema de gestão de segurança da informação, designadamente pela norma ISO 27001 relativa a sistemas de gestão de segurança da informação.
2. Em caso de alteração de sistema de gestão de segurança referida no número anterior, a entidade gestora deve adoptar uma certificação equivalente suportada por entidade auditora independente e aceite pela APA, que garanta as mesmas condições de segurança exigíveis na emissão da presente autorização.
3. A entidade gestora é responsável pelo alojamento da Plataforma em servidor seguro com níveis de redundância no seu funcionamento e sistemas de segurança de dados.
4. A entidade gestora deve garantir a segurança de todas as operações realizadas na Plataforma de negociação, bem como a confidencialidade e a integridade da informação constante do sistema informático.
5. A entidade gestora é responsável pela gestão do acesso à Plataforma, permitindo apenas a quem possua autorização e habilitação adequadas a sua utilização, adoptando para o efeito medidas impeditivas do acesso ao sistema por parte de quem não possua autorização e habilitação adequadas para tal.

II5) Assinaturas electrónicas

1. A entidade gestora deverá, no caso de a plataforma evoluir para a utilização de assinaturas electrónicas assegurar que esta se encontra de acordo com o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital.

III) MECANISMOS DE INCENTIVO

III1) Incentivos financeiros

1. Nos primeiros três anos de funcionamento da plataforma integrada, e mediante proposta fundamentada da entidade gestora no âmbito do Plano de promoção e divulgação referido no n.º 1 do ponto I3), a APA pode apoiar o seu lançamento recorrendo à receita da taxa de gestão de resíduos, de acordo com a Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro.
2. Para a sua concretização, o incentivo referido no ponto anterior, é atribuído em função dos serviços prestados pela entidade gestora, de acordo com os critérios definidos no n.º 3 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro.

III2) Incentivos administrativos

1. Os utilizadores que adiram à plataforma de negociação podem ficar dispensados de licenciamento de operações de valorização de resíduos não perigosos, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 25.º do regime geral da gestão de resíduos, cumprindo à entidade gestora a certificação perante a APA de:
 - a) Normas de tratamento a adoptar;
 - b) Tipos de operações a realizar;
 - c) Características e quantidade de resíduos a valorizar;
 - d) Requisitos de salvaguarda da protecção do ambiente e da saúde pública.
2. A certificação referida no número anterior segue os trâmites constantes do 2 e 3 do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro.

IV) INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

IV1) Dever de Informação

1. A entidade gestora deve disponibilizar à APA para fins de supervisão, os seguintes blocos de dados:
 - a) Registo de todas as transacções efectuadas nas suas plataformas de negociação, nomeadamente os intervenientes, com identificação de: identificador SIRAPA quando aplicável, perfil de utilizador da plataforma, NIF, CAE, tipo de resíduo, se integra ou não entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, características e respectiva quantidade transaccionada, valor da transacção, a data das transacções, as comissões praticadas, valor unitário por transacção/quantidade;
 - b) Registo das reclamações recebidas e respectivas formas de resolução de conflitos adoptadas;
 - c) Registo de todos os acessos (incluindo data e hora e que tipo de acesso foi efectuado), submissões e anomalias no funcionamento da sua plataforma informática.
2. A entidade gestora está obrigada a manter por um período de cinco anos, em formato electrónico, todos os registos de dados previstos na presente autorização, devendo ser disponibilizados, em formato electrónico, à APA, com uma periodicidade semestral e sempre que seja solicitado no prazo de cinco dias.

IV2) Interação com o Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente

1. A entidade gestora deve providenciar a interação da plataforma com o SIRAPA, designadamente no que diz respeito à importação e à exportação de dados, nos termos a definir pela APA.
2. No que se refere à informação que a APA possa disponibilizar, no âmbito da interconexão de dados, o seu fornecimento assume um carácter anual e para os

seguintes elementos, por produtor - identificação, actividade económica e tipos de resíduos registados.

3. Relativamente ao reporte referido no ponto anterior, a entidade gestora está sujeita ao dever de sigilo, sendo proibida a sua transmissão, por qualquer forma ou acto, a terceiros.
4. A informação que tenha de ser transmitida pela entidade gestora à APA, nos termos do ponto n.º 1 do ponto IV1), deve encontrar-se codificada de acordo com as regras e requisitos a definir pela APA.
5. A comunicação da informação será efectuada através de *webservices*, sendo que até à disponibilização do URI (*Uniform Resource Identifier*) pela APA, a transferência de dados será feita mediante o envio de ficheiros, encriptados, em formato XML para o seguinte endereço de correio electrónico moronline@apambiente.pt.

IV3) Reporte anual de informação

1. A entidade gestora fica obrigada a apresentar à APA, até 31 de Março do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório anual de actividades e de contas do qual faz parte o parecer e o relatório de um ROC, evidenciando as acções executadas e respectivos resultados.
2. O relatório referido no número anterior deve ser acompanhado de uma tabela devidamente preenchida, previamente definida pela APA, relativas aos indicadores de desempenho dos serviços prestados pela plataforma.
3. O relatório referido no n.º 1 deve incluir, pelo menos, uma descrição pormenorizada dos seguintes aspectos:
 - a) A representatividade dos sectores económicos produtores;
 - b) A abrangência dos bens transaccionados em termos quantidade e qualidade;
 - c) A diversidade dos sectores potencialmente envolvidos;
 - d) A listagem dos aderentes abrangidos pelo mecanismo de incentivo administrativo;

- e) A segurança e fiabilidade dos mecanismos de gestão e controlo;
- f) A eficácia e consistência dos mecanismos de certificação e credibilização;
- g) A eficácia e adequabilidade dos mecanismos de divulgação e informação, nomeadamente a descrição dos programas relativos à vertente Sensibilização e Informação realizados no ano de reporte;
- h) A inovação em termos da plataforma;
- i) Situação da empresa, designadamente, no que respeita à sua estrutura accionista e balanço social;
- j) Documentos contabilísticos que comprovam a auto-sustentabilidade com valores reais e previsionais até ao final da vida do projecto;
- k) Caso seja aplicável, o montante dispendido em sensibilização e informação e em investigação/desenvolvimento, acções desenvolvidas, identificação do público-alvo assim como a avaliação dos seus resultados e benefícios atingidos.

IV4) Articulação da entidade gestora com outros intervenientes

1. As relações entre a entidade gestora e os aderentes à plataforma devem ser objecto de contratos de adesão, estabelecendo os termos da sua intervenção, incluindo as eventuais obrigações de cedência de informação prévia e privilegiada à entidade gestora.
2. Os aderentes à plataforma devem tomar conhecimento do regulamento de funcionamento da mesma e subscrever o respectivo termo, nomeadamente no que diz respeito às obrigações de ambas as partes.
3. A entidade gestora deve assegurar mecanismos que não comprometam o cumprimento dos objectivos gerais de valorização de resíduos, de cada uma das entidades gestoras de fluxos específicos, dentro das normais regras de funcionamento do livre mercado.

IV5) Renovação e prazos da autorização

1. A presente autorização pode ser renovada por igual período, mediante requerimento da entidade gestora a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente com uma antecedência mínima de 120 dias sobre o termo do seu prazo de validade.
2. Sempre que a entidade gestora pretenda realizar uma alteração à plataforma, deve apresentar um pedido de renovação instruído por um caderno de encargos de acordo com o n.º 2 do artigo 13º, do diploma supra referido, contendo os seguintes elementos relevantes:
 - a) Os modelos de funcionamento e de financiamento preconizados;
 - b) A caracterização da entidade gestora quanto à sua natureza jurídica e forma;
 - c) Os recursos humanos, físicos e financeiros a afectar à actividade de gestão da plataforma;
 - d) As especificações detalhadas da plataforma informática do mercado e comprovativos de certificação;
 - e) Uma proposta de regulamento de funcionamento da plataforma de negociação;
 - f) Os mecanismos de gestão e de controlo das transacções;
 - g) Mecanismos de articulação com as entidades gestoras de fluxos específicos;
 - h) Um plano de promoção e divulgação da plataforma;
 - i) A minuta do contrato de adesão à plataforma de negociação;
 - j) Uma proposta do prazo de validade da autorização;
 - k) Outros elementos considerados relevantes pelo requerente.
3. Nos termos do ponto anterior, a APA pode determinar a apresentação de um novo pedido de autorização quando verificar que, da introdução de todas as alterações

requeridas, resultará o funcionamento de uma plataforma substancialmente diferente da originalmente autorizada.

4. A presente autorização pode ainda ser objecto de alteração por iniciativa da APA, sempre que se verifiquem alterações das circunstâncias ou legislativas que estiveram subjacentes à sua concessão.
5. A APA, ou uma entidade por si designada, realizará, de três em três anos, um balanço da actividade e dos respectivos resultados obtidos pela entidade gestora durante o período de validade da autorização, propondo a APA, no exercício das suas competências, a adopção de eventuais medidas consideradas adequadas, podendo ainda, se necessário, realizar um balanço intercalar da actividade e dos respectivos resultados obtidos pela actividade da entidade gestora.

IV6) Revogação da autorização

1. A presente autorização pode ser revogada, a todo o tempo, sempre que se verifique por parte da entidade gestora o incumprimento das condições expressas, ou quando se deixe de verificar algum dos requisitos previstos no diploma enquadrador.
2. Para efeitos do disposto no número anterior relevam as seguintes situações:
 - a) Os resultados decorrentes da avaliação efectuada ao abrigo do n.º 5 do ponto IV5);
 - b) O incumprimento das recomendações emanadas pela APA conforme o previsto no n.º 2 do ponto IV8);
 - c) O incumprimento da data de entrada em funcionamento da Plataforma conforme previsto no n.º 1 do ponto I1).

IV7) Transmissão da autorização

1. A autorização em causa pode ser transmitida desde que a Plataforma continue a funcionar nos termos definidos no procedimento de autorização.

2. A transmissão da autorização é solicitada mediante a apresentação à APA de requerimento conjunto, instruído de documento elaborado pelo transmissário, do qual conste:
 - a) A declaração de que a Plataforma funcionará nos termos definidos no procedimento de autorização e de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
 - b) A identificação integral da entidade gestora em termos idênticos aos constantes do caderno de encargos, nomeadamente através dos elementos a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 13.º.
3. A APA decide o pedido de transmissão no prazo de 15 dias após a apresentação do requerimento conjunto referido no número anterior.
4. A falta de decisão no prazo referido no número anterior equivale ao deferimento do pedido de transmissão.

IV8) Supervisão e fiscalização

1. A APA é responsável pela supervisão, da execução, pela entidade gestora, das actividades inerentes à presente autorização sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a outras entidades.
2. No exercício da função de supervisão referida no número anterior, a APA emana recomendações, que assumem carácter vinculativo, relativas ao cumprimento das obrigações a que se encontra adstrita a entidade gestora.
3. A entidade gestora obriga-se ao cumprimento das recomendações emanadas em prazo a estabelecer pela APA.
4. Para efeitos de supervisão e monitorização do funcionamento e operacionalidade da Plataforma electrónica por parte da APA no âmbito da presente autorização, a entidade gestora está sujeita ao pagamento de uma taxa de supervisão, conforme disposto na alínea c) do artigo 17º do decreto-lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro.
5. O objecto da autorização fica sujeita à inspecção e a fiscalização das autoridades competentes obrigando-se a entidade gestora a facultar o livre acesso aos agentes

dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspecção e fiscalização.

IV9) Regime sancionatório

De acordo com o disposto do n.º2 do artigo 1º da Lei 50/2006, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto, constitui contra-ordenação ambiental todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação de disposições legais e regulamentares relativas ao ambiente que consagrem direitos ou imponham deveres, para o qual se comine uma coima.

No âmbito da presente autorização e de acordo com o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro, constitui contra-ordenação ambiental, a prática dos seguintes actos:

- a) Não assegurar a transparência, a universalidade, a actualidade e rigor da informação que circula na plataforma de negociação, conforme disposto no n.º 6 do ponto II1);
- b) A violação do dever de sigilo conforme o disposto no n.º 6 do Ponto I1) e no n.º 4 do Ponto IV2);
- c) A violação dos deveres de informação constantes do n.º 2 do Ponto IV1).